



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# A iranização do Islã e seus desdobramentos políticos e sociais

Renatho Costa

**Como citar:** COSTA, R. A iranização do Islã e seus desdobramentos políticos e sociais. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 1** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 169-192.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-801-9.p169-192>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# 11.

## A IRANIZAÇÃO DO ISLÃ E SEUS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E SOCIAIS

*Renatho Costa*

Em pesquisa<sup>1</sup> realizada durante o ano de 2011, no Irã, foram feitas diversas entrevistas com lideranças religiosas e políticas do país, assim como acadêmicos. O intuito da pesquisa era analisar a percepção que os aiatolás ligados ao governo ainda detinham sobre o sistema do *wilayat al-faqih*<sup>2</sup>, após mais de três décadas de sua implantação no país. No entanto, durante este mesmo período, também foi mantido contato com diversos centros de estudos religiosos na cidade de Qom e houve a convivência com vários estudantes de religião matriculados nestas instituições. Desta experiência, alguns aspectos foram suscitados e desenvolvidos em trabalhos posteriores, contudo, um deles ainda não tinha sido analisado, qual seja, a “iranização do xiismo” em curso no país.

E, nesse sentido, este artigo procura abordar o processo em que se deu a iranização do xiismo – desde o período em que os aiatolás passaram a contestar o fato de serem governados por não clérigos – e qual seria sua

---

<sup>1</sup> Durante o ano de 2011, fui convidado pela Al-Mustafa International University, de Qom, Irã, a permanecer no país como pesquisador e realizar as pesquisas necessárias para o doutoramento. Na ocasião, a instituição ofereceu condições materiais e técnicas para o desenvolvimento de toda a pesquisa que resultou na tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, intitulada “A influência dos ulemás xiitas nas transformações políticas ocorridas no Irã durante o século XX – o *wilayat al-faqih* e o pragmatismo dos aiatolás como inviabilizadores na expansão da Revolução Islâmica”.

<sup>2</sup> De modo simplificado, pode-se dizer que o *wilayat al-faqih* configura-se em um sistema de governo no qual o governante máximo é uma autoridade religiosa, no caso do Irã, o Supremo Líder. Atualmente este posto é ocupado pelo Aiatolá Ali Hoseyni Khamenei.

implicação nos dias de hoje. Para tanto, parte-se de uma análise histórica acerca da gradual inserção dos clérigos nos meios políticos até a concretização da Revolução Islâmica, em 1979. E, de modo complementar, utilizam-se elementos relacionados às constatações oriundas da pesquisa realizada no Irã em 2011 e das entrevistas feitas na ocasião.

Apesar do período de tempo transcorrido, de 2011 a 2015, as considerações apontadas pelos entrevistados e obtidas *in loco* ainda continuam relevantes devido ao fato de que apesar de a crise econômica ter comprometido o país, o projeto de iranização manteve-se em atividade, apenas sendo destinado recursos mais modestos.

## O INÍCIO

O processo de islamização da Pérsia deu-se gradualmente a partir do século VII, no entanto, a efetivação da religião islâmica sob a vertente xiita somente ocorreu no início do século XVI, com a dinastia Safávida<sup>3</sup> no poder (AXWORTHY, 2008). Este processo de assimilação do xiismo não ocorreu de modo pacífico, até porque, inclusive no interior da Pérsia o sunismo perdurou por muitos séculos e alguns eruditos permaneceram seguindo esta vertente do Islã até que o xiismo se tornasse a religião oficial safávida.

Apesar de o Islã não propor uma divisão formal entre os poderes temporal e o espiritual, historicamente, conforme expõem Mackey (2008) e Abrahamian (1993), os ulemás<sup>4</sup> aceitaram que o império fosse governado por um líder não religioso que defendesse o xiismo e respeitasse seus princípios ao invés de entrarem em choque pelo poder. Em certa medida, este “arranjo institucional” legitimava o governante não clérigo

<sup>3</sup> “It is uncertain just when the Safavids turned Shi’a; in the religious context of that time and place, the question is somewhat artificial. Shi’a notions were just one part of an eclectic mix. By the end of the fifteenth century a new Safavid leader, Esmá’il, was able to expand Safavid influence at the expense of the Aq-Qoyunlu, who had been weakened by disputes over the dynastic succession”. (AXWORTHY, 2008, p. 131)

<sup>4</sup> O conceito de ulemás (tradução de *ulamā*) é mais comumente utilizado para descrever o corpo de clérigos muçulmanos com amplo conhecimento em ciências islâmicas. No entanto, a adoção do termo varia de acordo com o segmento religioso, mas neste artigo é utilizado o entendimento xiita, ou seja, refere-se os clérigos que possuem altos padrões de conhecimento acerca da religião, configurando-se, assim, no mais alto cargo da estrutura hierárquica xiita, exceto com a instauração do *wilayat al-faqih* que concebeu o Líder Supremo a supremacia sobre os ulemás.

e fazia com que as lideranças religiosas tivessem participação indireta no governo<sup>5</sup>.

À parte os desentendimentos que ocorreram em diversos níveis entre governantes e lideranças religiosas, o fato preponderante é que o império persa estabilizou-se sob o governo dos xás, contudo, gradualmente, com mais efetividade a partir do século XIX, as potências estrangeiras passaram a buscar maior influência na região para atender seus interesses geopolíticos e econômicos.

Se, por um lado, a delimitação de suas fronteiras com o Império Otomano fora efetivada – ainda que tenha havido atritos –, por outro, as presenças russa e britânica foram se ampliando em território persa e cada vez mais concretizou-se a disputa geopolítica conhecida por “O Grande Jogo”<sup>6</sup>. O resultado objetivo dessa disputa pela influência na Pérsia foi o enfraquecimento dos governantes a partir do apoio a movimentos internos e cooptação do próprio xá, que passou a estabelecer padrões ocidentais para o país islâmico.

Ainda, no intuito de aproximar-se do modelo europeu, o xá persa necessitava empenhar cada vez mais as riquezas de seu país e esse modelo de submissão às potências estrangeiras estimulou surgimento de um movimento nacionalista liderado pela maior autoridade religiosa da época, o Grande Aiatolá Mirza Mohammed Hassan Husseini Shirazi. O imbróglio teve início com a concessão do monopólio da comercialização do tabaco (1891), que, conforme expunha o acordo assinado pelo xá, somente a companhia britânica poderia comprá-lo, vendê-lo e exportá-lo, sem qualquer competição interna.

Como este acordo afetava parcela substancial da população – inclusive plantadores e comerciantes –, o aiatolá Shirazi decretou a proibição do consumo do tabaco. Pautando-se por princípios religiosos, entendia que o monopólio significava restrição de liberdade da população e que a concessão a um país não-muçulmano se configurava numa violação ao Islã.

---

<sup>5</sup> O nível de influência dos clérigos no governo variou durante as diversas dinastias que governaram a Pérsia/Irã, também de acordo com a percepção do monarca que encontra-se no poder e a situação política da região. Contudo, é fato que a legitimação do exercício do poder do monarca – não integrante do clero – pelos clérigos gerou um sistema de dependência mútua.

<sup>6</sup> Termo que foi cunhado para expor a disputa entre os impérios russo e britânico pela influência na região asiática.

O movimento obteve sucesso e o acordo foi suspenso, contudo, muito mais do que somente ter havido esta vitória contra o xá, conforme Keddie (1966) aponta, a percepção de que seria possível enfrentar o governo e mesmo as potências, tornou-se real.

The protest against the tobacco concession was the first successful mass movement in modern Iranian history, and led to defeat of the government and triumph of the protesters in their demand for a total cancellation of the concession. This success undoubtedly gave courage to the conscious opponents of the government and foreign encroachments, and led many to see for the first time that it was possible to defeat the government, even on a matter involving European interests. (p. 1).

Esta importante ruptura empoderou substancialmente os clérigos. E, se em um primeiro momento não houve o interesse efetivo do aiatolá Shirazi em questionar a legitimidade de osxás governarem, gradualmente a presença política das lideranças religiosas fez-se presente nos movimentos políticos que passaram a tomar conta da vida iraniana no século XX. Seja na Revolução Constitucional<sup>7</sup> (1905-1911), ou mesmo nos processos que desencadeariam o fim da monarquia no Irã, no final da década de 1970, a oposição ao xá se tornou mais frequente.

A ascensão da dinastia Pahlavi em 1925, atendendo aos interesses britânicos, somente provocou um maior atrito entre governo e alguns segmentos religiosos. A razão principal estava na maneira com que o Xá Reza Khan Pahlavi percebia a religião xiita e no modo que propôs superar o subdesenvolvimento dos iranianos. Espelhado nos processos de modernização que a Turquia vivenciava, o monarca iraniano passou a implementar no Irã reformas que, de fato, buscavam mudar as características de um país agrário para outro industrial. No entanto, a proposta de mudança do xá era muito mais profunda e afetou elementos culturais islâmicos, tais como a imposição de vestimentas ocidentais em detrimento das tradicionais, criação de escolas mistas, dentre outras (MACKEY, 2008).

<sup>7</sup> A Revolução Constitucional fora algo inédito no Oriente Médio, haja vista configurar-se em um movimento que contou com baixa mobilização militar e levou a população, em sua grande maioria, a mobilizar-se contra o *modelo deocidentalização* instituído pela monarquia Qajar (desde o início do século XIX com Abbas Mirza), o qual, apesar de ambicionar trazer o desenvolvimento técnico-científico ao Irã, também favorecia as grandes potências em detrimento de seu povo. Também foi de fundamental importância a participação das lideranças religiosas para reforçar os princípios religiosos xiitas na constituição (HAIRI, 1977; ESPOSITO, 2005; MACKEY, 2008).

O resultado desta política foi a insatisfação cada vez maior dos clérigos mais conservadores, contudo, o xá não tinha interesse em abrir mão de sua visão de modernização e, para tanto, passou a agir com muita violência contra qualquer um que se posicionasse contrário ao caminho que o Irã adora. É importante salientar que o processo de modernização proposto pelo xá, apesar de ser entendido como algo que visava atender a todos o país, não tinha essa real dimensão e a assimetria também era objeto de questionamento, haja vista, em certas localidades como na cidade de Abadan – onde estava localizada a refinaria de petróleo –, os aspectos relacionados ao bem-estar social tiveram forte incremento, entretanto, para outras regiões sem esta característica econômico-estratégica, apenas couberam acatar as medidas ocidentalizantes que o xá havia estabelecido.

Assim, a política de ocidentalização do xá passou a ser apresentada à população, pelos clérigos, como um ato de violência contra a cultura islâmica. A proibição do uso do véu, apesar de ter consigo agradar uma parcela da sociedade, desagradou outra muito maior, formada a partir dos costumes e tradições religiosas.

Nesse sentido, a tentativa de anular o segmento religioso de qualquer influência política também se apresentou como uma opção equivocada, haja vista a população manter uma relação muito próxima com as mesquitas e escolas. E, ainda que o xá tenha conseguido reduzir o poder econômico dos clérigos, não foi o suficiente para anular sua presença. Por conseguinte, ações autoritárias contra lideranças em Qom e Mashhad somente reforçaram o discurso dos clérigos contra o rumo que o xá pretendia dar ao país.

É fato que dentro da vertente xiita nem todos os aiatolás participaram ativamente de ações contra o governo do xá, havia um segmento conhecido como *quietista* cujo posicionamento político não fazia parte de sua atuação pública. O entendimento primordial destes aiatolás era de que os religiosos não deveriam se posicionar nestes embates, apesar de continuarem defendendo os valores islâmicos e serem contrários a muitas medidas implantadas com a modernização.

A situação do xá Reza Khan Pahlavi começou a modificar-se, substancialmente, quando teve início a Segunda Guerra Mundial. O xá já vinha se aproximando da Alemanha no intuito de *inserir um terceiro ator no*

*cenário político regional* para ter mais condições de barganha com a União Soviética e Grã-Bretanha (FROMKIN, 2008), no entanto, conforme destacam Demant (2004) e Hourani (2001), o modelo nazifascista também seria apreciado pelo xá. Por outro lado, este posicionamento ideológico é contestado por Axworthy (2008) e Afkhami (2009), pois, de acordo com os autores, o xá Reza agira contra vários movimentos que tentavam surgir no Irã, sejam eles comunistas, pré-fascista, pró-marxista, etc., assim, a atuação do xá estaria mais focada numa visão pragmática do que ideológica.

The shah had deliberately bought the weapons he needed for his armed forces from companies in small states, Skoda and Brno in Czechoslovakia and Bofors in Sweden, to minimize foreign domination. Contrary to subsequent British and Russia propaganda, he disliked Hitler and abhorred Mussolini. He believed Mussolini has ambitions in the East and would probably prevail on Hitler to help him invade the countries of the Middle East, including Iran. (AFKHAMI, 2009, p. 62).

Entretanto, com base nos *sinais políticos* que o Irã indicava, mesmo perante sua declaração de neutralidade com o início da guerra, União Soviética e Grã-Bretanha optaram por invadir o país, em 1941, para que não viesse a ficar sob o julgo alemão. E, a insustentabilidade da manutenção do xá no governo fez com que abdicasse do trono em favor de seu filho, Mohammad Reza.

## **O EMBATE MAIS PROFUNDO**

Inicialmente houve certa dúvida – por parte das potências – acerca da manutenção dos Pahlavi à frente do governo iraniano, porém, a melhor opção recaiu sob o pouco expressivo filho de Reza. Até porque, durante o período em que a guerra se estendeu, as potências passaram a intervir no país de maneira estratégica e a figura de Mohammad Reza tinha um valor institucional importante, haja vista manter o país unificado.

Graças a essa percepção das forças estrangeiras, tornou-se viável ao xá iniciar um processo gradual de reatar as relações com os ulemás. Também, é importante salientar que apesar de o xá concordar com muitos dos projetos *modernizadores* que seu pai implementara, optou por criar uma estratégia conciliadora e recuar em aspectos específicos para conquis-

tar alguns segmentos sociais, principalmente os clérigos. Conforme Milani expõe, além de o xá reimpor a obrigaçãõ do uso do véu, em público, pelas mulheres, também devolveu a autonomia financeira aos clérigos e adequou o sistema educacional de modo que voltasse a privilegiar o ensino religioso.

The Ayatollah second demand (a primeira foi o retorno do uso do véu) was a reversal of Reza Shah's policy of putting religious endowments (*vagf*) under government control. The management of these properties, according to the Prime Minister's letter, was to be returned to those stipulated in the endowment letter – in most cases the clergy. In agreement to the Ayatollah's third demand, the government to make classes on Islamic theology and ethics a mandatory part of the curriculum in Iranian schools. The clergy were put in charge of determining the content of these classes. Ayatollah Gomi also demanded the closing of coeducational schools around the country that had arisen toward the end of the Reza Shah period. *Every one of the Ayatollah's major demand was, on the order of the Shah, accepted by the government and became policy.* (MILANI, 2011, p. 102, grifos nossos).

Para a grande maioria dos clérigos, a mudança de procedimento do novo xá representava o restabelecimento das boas relações entre o monarca e a fé, as quais, de certa maneira, tinham sido rompidas anteriormente com o decreto de suas medidas *modernizadoras*. Mas essa tranquilidade seria alterada com o crescimento do movimento nacionalista no país e a ruptura no interior do corpo de ulemás.

Ainda, a tentativa do xá de evitar a influência britânica na região, após a Segunda Guerra Mundial, se configurava em um grande desafio, assim como eliminar a presença soviética no norte do país. Uma das possibilidades vislumbrada pelo monarca foi se aproximar dos clérigos e criticar com veemência os privilégios adquiridos pela refinaria Anglo-Iranian Oil Company (AIOC) no país, que, por sua vez, gerava repulsa por parte da população e das lideranças nacionalistas.

Assim, levantando como bandeira a influência perversa dos estrangeiros no Irã, um nome destoou dentre os clérigos, qual seja, do aiatolá Seyyed Abol-Ghasem Mostafavi Kashani. Ele não tinha a mesma erudição, tampouco ocupava o mesmo nível hierárquico do aiatolá Borujerdi – considerado a maior autoridade do xiismo no período –, contudo, conseguiu agregar cada vez mais adeptos para sua causa nacionalista. Ainda, quando

Borujerdi, em 1949, reuniu o clero para oficializar a postura do *quietismo* acerca da questão do petróleo britânico, Kashani foi a voz destoante. Suscitando a *fatwa* do aiatolá Shirazi, que legitimou a Revolta do Tabaco, Kashani não tinha dúvida de que Islã e política deveriam caminhar juntos, inclusive governando o Estado, e não mais como ocorrera até então.

Desse modo, os movimentos políticos que o Irã vivenciou durante a década de 1950 tiveram forte participação dos clérigos. Exemplo deste empoderamento, pode-se destacar o caso da AIOC que, sem condições para suportar a oposição das ruas, dos políticos e dos religiosos, foi nacionalizada em 1951. Ainda, de acordo com Milani (2011, p. 154), apesar de o aiatolá Kashani ter participado do processo que levou Mohammad Mossadegh ao poder, sua fidelidade aos pressupostos religiosos pode ser questionada, haja vista a clérigo ter mantido “suas possibilidades abertas” ao negociar com o xá e com os britânicos – secretamente – outras possibilidades de desfecho para o caso.

Convinced that he [Kashani] had restored Mossadeq to power, in the months after July 21, Kashani became even more brazen in dictating policy to the government. He wanted women to be forced to wear Islamic covering when entering government offices; he demanded the right to name certain ministers and veto others; finally, he wanted the government to increase pressure on the Baha'i – a nineteenth century faith that emerged from Iran and whose followers became the bane of Shiite clergy. (MILANI, 2011, p. 154).

O posicionamento de Mossadegh diante dos fatos se, por um lado, fez com que ele obtivesse o apoio que pretendia para iniciar seu projeto de governo, por outro, chamou a atenção dos clérigos para um risco ainda maior de secularização do Estado. Ou seja, para assumir o cargo de primeiro-ministro, Mossadegh exigiu que o Majlis (Congresso) lhe concedesse poderes extras, inclusive com a sujeição das forças armadas a ele. Era uma concessão perigosa para parte dos clérigos que via com receio o posicionamento político de Mossadegh, contudo, a conjuntura favorável ao futuro primeiro-ministro silenciou temporariamente os religiosos. O panorama político era tão favorável a Mossadegh que a demanda apresentada pelo aiatolá Kashani foi rejeitada quase que completamente, fato esse que propiciou a progressiva perda de apoio dos clérigos.

Os desdobramentos históricos que fizeram com que Mossadegh perdesse sua influência política no país estão ligados ao receio da secularização do Estado, no entanto, também têm raízes na atuação estadunidense, que percebia o Irã como uma região de potencial interesse geopolítico. Assim, em que pese o receio por parte do clero, o projeto de Mossadegh foi efetivamente frustrado pela operação acobertada dos Estados Unidos<sup>8</sup> no país para depô-lo do cargo e restaurar o poder do xá.

## **XIISMO VERSUS OCIDENTALISMO**

A retomada do poder pelo xá Reza teve um efeito singular para o destino do Irã. Sentindo-se mais poderoso, adotou o entendimento de que a população iraniana o preferira à liderança nacionalista de Mossadegh. Com isso, gradualmente o país passou a vivenciar um processo de centralização do poder nas mãos do monarca e ampliação das redes de inteligência e repressão para tolher qualquer tentativa de golpe contra seu governo.

Nesse sentido, a liderança xiita que ganhara cada vez maior destaque no cenário nacional – aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini – tornou-se foco de atenção do xá Reza. De fato, Khomeini já apontava para um posicionamento mais crítico desde sua primeira obra, de 1942, “Segredos Revelados” (*Kashf al-Asrar*). Nela externava sua preocupação com a sociedade iraniana e o sistema de ideias ocidentais que invadira o país e gradualmente tentava guiá-lo para a secularização.

Khomeini fazia parte da ala “mais radical” dos ulemás iranianos e, com as primeiras reformas que o xá começara a promover em 1962 – que se configurariam na “Revolução Branca” –, dentre suas críticas, atacava a maneira com que os recursos financeiros chegariam às

---

<sup>8</sup> O risco de o Irã entrar para a órbita do comunismo fez com que o presidente estadunidense Eisenhower desse a ordem para que fosse propagada uma ação para derrubar Mossadegh do poder. O Golpe de Estado seria executado pelos homens da CIA, de dentro do Irã. Isso porque, apesar de os EUA não terem apoiado financeiramente o governo de Mossadegh, a imagem do país não havia mudado substancialmente. Os Estados Unidos ainda gozavam de respeito dos iranianos, pois não eram entendidos como uma potência colonizadora – no molde britânico. Inicialmente havia a proposta dos Estados Unidos de minar qualquer apoio popular a Mossadegh e, para tanto, o agente da CIA, Kermit Roosevelt, obteve os contatos de antigos colaboradores britânicos e passou a financiar pequenos movimentos e passeatas contra Mossadegh e em favor do xá – a ação do golpe de estado passaria a ser conhecida por “Operação Ajax”. Também, uma questão estratégica e que faria diferença no embate pelo poder diz respeito ao alinhamento das Forças Armadas. Gradualmente houve a ruptura com o governo de Mossadegh e retorno da lealdade ao xá. (KINZER, 2004; FISK, 2007).

cooperativas agrícolas, ou seja, seriam provenientes dos EUA e tinham o intuito de controlar a produção e comercialização agrícola. Desse modo, esta atitude prejudicaria os interesses dos tradicionais *bazaarie* feriria a Constituição (HIRO, 1985, p. 43).

Além da chamada “ala radical”, outros dois grupos de clérigos surgiram em resposta às ações do xá, quais sejam, os conservadores – herdeiros do posicionamento não-político do aiatolá Borujerdi –, e os centristas, que estavam descontentes com o posicionamento anterior de Borujerdi, mas não faziam muita coisa para alterá-lo.

Leaving aside the small pro-Shah minority among them, the ulema fell roughly into three categories: conservative, centrist and radical. The conservatives [...] [were led by] Ayatollahs Muhammad Reza Golpaygani, Shehab al-Din Marashi-Najafi and Muhammad Kazem Shariotmadari. [...] The centrists [...] tended to concentrated [their criticism] on the educational and social aspects of the Shia institutions. [And] their best known spokesmen were Ayatollahs Murtaza Motahhari and Muhammad Husseini Beheshti. [...] In Qom the radical viewpoint was now being articulated by HojatalislamRuhollah Mousavi Khomeini. (HIRO, 1985, p. 43).

Assim, com a exposição que o xá buscava no Ocidente, inclusive sendo capa de revistas dos Estados Unidos – as quais elogiavam o desenvolvimento do Irã e tratavam o monarca como uma pessoa benevolente e que zelava por seus súditos –, o ulemá deixou o *quietismo* providencial para assumir uma atuação mais enfática. Inclusive devido ao fato de que em 1963 o xá deu início a sua “Revolução Branca”. Segundo Mackey (2008, p. 227),

[...] a Revolução Branca era pouco mais do que a busca brilhante do xá pela aprovação ocidental. Na verdade, nenhuma retórica superior e nenhuma das cerimônias públicas, nas quais estavam presentes o xá e o camponês, discutiam as causas do descontentamento popular em relação à regra do regime autoritário de Pahlavi, relacionada à ausência de justiça social. Tal como um melodrama ruim, algumas das mudanças introduzidas pelo programa de reforma do xá, na verdade, aumentaram, em vez de diminuir, a oposição ao regime Pahlavi.

A proposta da Revolução Branca era ambiciosa e abrangia 19 metas que e seriam desenvolvidas em etapas – introduzidas num período de

15 anos, mas as 6 primeiras ainda em 1962. De modo prático e objetivo, o projeto do xá subvertia toda a estrutura tradicional de poder já enraizada na sociedade iraniana e ainda tentava reduzir a influência dos ulemás na sociedade. Com isso, a reação de Khomeini e seu grupo foi cada vez mais intensa.

Essa atuação a partir de pronunciamentos públicos e participação em protestos gerava insegurança ao monarca iraniano, no entanto, a importância que Khomeini alcançara neste processo inviabilizava qualquer tipo de ação que pudesse vir a silenciá-lo. A percepção era de que a morte de Khomeini poderia desencadear a insatisfação coletiva ou mesmo criar um mártir, o que geraria tensão ainda maior.

Assim, ainda que o governo do xá tenha ampliado a repressão contra os religiosos que se posicionavam contrários às reformas trazidas pela Revolução Branca – inclusive autorizando o ataque à cidade de Qom –, a vida de Khomeini foi preservada e a consequência maior foi a continuidade das críticas e denúncias contra o xá e sua relação com os Estados Unidos. No entanto, em 1964, sem conseguir controlar os posicionamentos de Khomeini e sua influência cada vez maior junto à população, o xá Reza resolveu expulsá-lo do Irã. Inicialmente Khomeini instalara-se na Turquia, mas menos de um ano depois, rumou para Najaf, Iraque – uma das cidades mais importantes para o xiismo. Com o exílio de Khomeini, os movimentos internos no Irã perderam intensidade, até porque a repressão do xá, com o uso de sua polícia política (SAVAK), alcançou níveis que dificultavam qualquer tipo de mobilização.

Com a vitória do modelo ocidentalizante imposto pelo xá ao Irã, a saída para os clérigos foi manter uma oposição pontual, contudo, sem a efetividade anterior. Entretanto, foi em Najaf que a Revolução Islâmica passou a ser mais bem planejada. Foi no ciclo de palestras realizada por Khomeini a jovens estudantes de religião, em 1970, que o aiatolá expôs a necessidade de instauração do *wilayat al-faqih* para restaurar a ordem no Irã e acabar com a opressão.

Na obra *Islamic government: Governance of the jurist* – coletânea das palestras que ocorreram em Najaf –, não somente Khomeini expõe que a adoção deste modelo de governo não somente restauraria a ordem

no Irã, como o apresenta como legítimo, haja vista ter sido estabelecido no período do profeta, mas subjugado em períodos posteriores.

O período de exílio de Khomeini foi extremamente produtivo para a construção das bases teóricas que sustentariam a Revolução Islâmica no Irã, e, potencializado pelo distanciamento que o xá Reza Pahlavi adotou da população iraniana quando passou a focar em seu projeto de transformar o país numa grande potência da região até o ano 2000 (MILANI, 2011). Com isso, o investimento no setor militar superou o de qualquer outro país do Oriente Médio, por outro lado, a qualidade de vida da população média e pobre no país decaiu consideravelmente. Havia, em meados da década de 1970, a percepção por grande parte dos iranianos de que os estrangeiros tinham muito mais vantagens do que os nacionais. Conforme Mackey (2008) expõe, Teerã era uma cidade que os estadunidenses gostavam muito de viver, pois, além de suas características ocidentais, proporcionava facilidades para negócios, investimentos e enriquecimento rápido aos estrangeiros.

Sob o símbolo da mudança necessária – a deposição da monarquia e, conseqüentemente, do xá –, ocorreu a Revolução no Irã com o apoio de praticamente toda a população (FOUCAULT, 1978). No entanto, o período pós-revolução apresentou-se como significativo, haja vista os clérigos terem conquistado o poder e iniciado a implantação do *wilayat al-faqih*, ainda que não fosse do interesse de todos que apoiaram o processo revolucionário.

De certa maneira, o caminho que levou à instauração da República Islâmica do Irã não foi ausente de ações punitiva e perseguições a grupos que não congregavam da criação de um sistema de governo religioso no país. Porém, sequer houve a possibilidade de experimentação efetiva do modelo do *wilayat al-faqih*, haja vista o Irã já ser catapultado a uma guerra contra o Iraque que lhe absorveu oito anos de luta e instabilidade (1980-88). Estabelecia-se, assim, a vitória dos religiosos contra um governo alinhado ao ocidente, contudo, concomitantemente, expunha-se a dificuldade de ratificar a efetividade do modelo do governo do *wilayat al-faqih* para a população, uma vez que os boicotes tornaram-se frequentes com exclusão do Irã do sistema internacional – capitaneada pelos Estados Unidos.

## SOFT POWER IRANIANO OU “IRANIZAÇÃO” DO XIISMO

Mesmo diante do boicote imposto ao Irã, a postura do governo foi investir no desenvolvimento do sistema do *wilayat al-faqih* para fazer com que os clérigos preservassem seu *status* no país. Ainda, partindo do pressuposto de que há uma hierarquização no xiismo, apesar de esta estrutura não constar no Corão, a formação de religiosos tornou-se um elemento primordial.

Com isso, a cidade de Qom passou a receber uma importância que não tinha durante o governo do xá. Além dos investimentos na melhoria da qualidade de vida da população – que reverteria, futuramente, na dessalinização da água e melhora na infraestrutura pública – os investimentos tinham a intenção de fazer com que Qom se tornasse a principal formadora de clérigos e difusora do xiismo. Anteriormente este papel era exercido por Najaf, no entanto, com o governo secular de Saddam Hussein e posteriores invasões estadunidenses ao país (1991 e 2003), gradualmente os clérigos migraram para Qom e instalaram universidades, madrassas e fundações filantrópicas.

De modo pragmático, o desenvolvimento de Qom foi patrocinado pela valorização do petróleo e a perspectiva dos clérigos de que deveriam fortalecer a estrutura da religião no país. A própria Al-Mustafa International University é uma instituição sólida que migrou para a estrutura de universidade no intuito de atender aos interesses do governo adotando, com isso, o modelo internacional de ensino superior, no entanto, sem perder o foco em sua finalidade principal que é formar religiosos que possam propagar o Islã xiita pelo mundo. Desse modo, recebe constantemente alunos de todas as nacionalidades e financia sua formação.

Os candidatos a estudantes da instituição de ensino superior, ao chegarem em Qom são conduzidos à instituição Imã Mahdi, que proporciona o aprendizado da língua persa (ou farsi). Espera-se que o aprendizado leve em torno de seis meses, no entanto, algumas pessoas de línguas latinas têm mais dificuldade no processo de aprendizagem e levam até um ano. Todas as atividades que compõem o aprendizado da língua persa se dão a partir do ensino do Islã e de elementos da cultura iraniana.

É importante salientar que há universidades e madrassas para iranianos e para estrangeiros. Apesar de não haver impedimentos formais para um estrangeiro estudar nas instituições “para iranianos”, esta interação não ocorre. E, ao detectar este fato foi feito o questionamento a alguns professores e religiosos, contudo, a resposta mais constante era de que os estrangeiros não tinham nível suficiente de compreensão da língua persa para frequentarem as instituições “para iranianos” ou, simplesmente, não queriam.

De fato, a assimilação da língua persa e do entendimento do xiismo iraniano é o objetivo principal dos clérigos, inclusive, para sua difusão – nos moldes do *soft power* proposto por Joseph Nye Jr. –, porém, não há o interesse de introduzir estrangeiros na estrutura de poder do xiismo. Os formandos nas universidades religiosas devem retornar aos seus países e continuar na difusão da fé e da liderança do Irã frente ao xiismo, não se espera que se forme em Qom um aiatolá estrangeiro que venha a se tornar o Supremo Líder do Irã ou quiçá, de toda a comunidade islâmica.

Inclusive, a questão acerca do papel do Líder Supremo frente à comunidade xiita no âmbito local – Irã – ou mundial foi objeto de debate com os aiatolás por ocasião da pesquisa realizada no país. Com este questionamento, buscava-se compreender o entendimento que os iranianos tinham acerca do sistema de governo do *wilayat al-faqihe* se percebiam que deveriam irradiá-lo para outras localidades, assumindo um papel de protagonismo.

A questão proposta foi: o Profeta Mohammad foi o líder de todos os muçulmanos, por analogia, com a implantação do *wilayat al-faqih*, por Khomeini, o Supremo Líder iraniano responderia pela liderança da comunidade muçulmana em todo o mundo?

Shahrudi<sup>9</sup> (2011) expõe que para tornar-se o Líder Supremo, com base no modelo do *wilayat al-faqih*, é necessário que o *marja*<sup>10</sup> seja escolhido através de votação por seus pares, e, nesse sentido, não há limitação para que cada país escolha o seu líder. Até porque, segundo ao aiatolá,

[...] as pessoas que fizerem a revolução em seu país terão todo o direito de escolher quem melhor lhes convier. Com isso, caso todos os países do mundo façam suas revoluções e estabeleçam o *wilayat al-faqih* nelles, teremos um governo sem fronteiras. Qualquer entendimento diferente desse só ocorre porque não há a compreensão da religião xiita. (SHAHROUDI, 2011).

Não fugindo dessa linha argumentativa, Garomi<sup>11</sup> expõe que

Existe um consenso de sábios que elege o Líder Supremo e, onde quer que ele esteja instaurado, terá a possibilidade de deliberar sobre a escolha de sua liderança. As lideranças escolhidas têm de governar de acordo com as regras do país, então, se houver o entendimento de que

---

<sup>9</sup> Aiatolá Shahrudi foi chefe do Poder Judiciário até 2009 e, atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Guardiães. Durante o período em que foi Chefe do Judiciário entrou em atrito direto com o então presidente, Khatami, devido às supostas perseguições que os parlamentares estavam sofrendo quando se pronunciavam no Majlis. De posições bastante enfáticas, Shahrudi é uma personalidade de muita influência, sendo cotado por alguns iranianos para ser o provável substituto de Khamenei. Para entrevistá-lo, em seu escritório, houve a necessidade de passar pelo maior sistema de segurança que presenciei no Irã. Além de revistas convencionais, também foi necessário passar por detector de metais. Os equipamentos para a entrevistas foram confiscados e somente entregues na sala em que transcorreria a entrevista. Shahrudi foi o mais formal de todos durante a entrevista, entretanto, não hesitou em responder quaisquer das perguntas. Sempre havia um assessor ao seu lado, mas ele não entrevistou em qualquer momento.

<sup>10</sup> Literalmente significa a “fonte da imitação”, a quem se deve seguir. Trata-se de uma autoridade do mais alto escalão da comunidade dos xiitas do Duodécimo que executa a xaria. O termo é normalmente aplicado entre os quatro e oito juristas do mais alto escalão (aiatolá) no nível local ou nacional. Na escala mundial o título é aplicado a apenas um ou dois juristas. A posição é informalmente adquirida e depende dos padrões de lealdade e fidelidade percebidos pelo jurista por seus pares e pela comunidade de fiéis. Dois grandes aiatolás alcançaram esse *status* depois de 1970, os aiatolás Khomeini e al-Qasim Abu al-Khoi (OXFORD ISLAMIC STUDIES ONLINE, adaptado).

<sup>11</sup> O aiatolá Garomi, além de ser considerado um grande jurisconsulto, esteve com Khomeini durante o processo de construção da Revolução e, durante as entrevistas – foram duas –, sempre que era feita qualquer menção a um entendimento distorcido sobre os propósitos do primeiro Líder Supremo do Irã, tratava da questão com muita objetividade e “dizia que o que Khomeini queria dizer é...”. Normalmente, para fundamentar suas respostas, Garomi recorreu às fontes religiosas. Também é importante salientar que Garomi é internacionalmente conhecido por uma prática mística do xiismo, qual seja, o *Estekhwareh*. De acordo com sua explicação, quando alguém vive um processo de dúvida acerca de determinada situação e não consegue escolher qual seria a melhor opção a ser adotada, ela procura o aiatolá Garomi e, num ato de abrir o Corão, é apresentada qual deve ser a melhor opção a ser adotada. Normalmente, ao final da oração da noite Garomi permanece no salão de orações e atende as pessoas. Muitas vezes não há nem a necessidade de expor ao aiatolá seu anseio, basta olhar para Garomi que ele entende qual deve ser o problema e busca auxiliar a pessoa através do Corão. Também é possível fazer a consulta através do telefone e, durante as entrevistas com o aiatolá algumas vezes ele as interrompeu para atender alguém cuja necessidade era tida como “urgente”.

um brasileiro possa exercer o *wilayat al-faqih*no Brasil [desde que tenha havido sua islamização] e ele for referendado por seus pares, terá todo o direito. Assim, o aiatolá Khamenei não pode ser considerado um líder [político] dos xiitas fora do Irã. (GAROMI, 2011).

Apesar da objetividade com que a questão é abordada por Garomi, a questão subsidiária e que foi exposta anteriormente, diz respeito ao fato de que a grande maioria dos religiosos é formada em Qom e os estrangeiros frequentam escolas diferentes dos iranianos. Assim, até que ponto há real interesse em permitir que outros países tenham jurisconsultos próprios, que deixem de seguir os iranianos?

Shahroudi (2011) ratifica o entendimento de Garomi sobre a questão e afirma ser um grande equívoco das pessoas, fora do xiismo, perceberem o Supremo Líder do Irã como uma liderança universal, ele tem suas atribuições políticas apenas dentro do país, e, para ratificar sua argumentação, salienta que a Constituição iraniana<sup>12</sup> é clara ao tratar das atribuições do Líder. A *ummah*, complementa Garomi, de fato, “não tem fronteiras, mas somente no sentido de que qualquer pessoa que acredite em Allah e no profeta Mohammad possa se tornar muçulmana, assim, essa regra vale para o mundo inteiro. Sem fronteiras para a religião, mas nos aspectos políticos existem limitações.” (GAROMI, 2011).

Desse modo, não se pode confundir o papel do aiatolá Khamenei como jurisconsulto –nesse caso ele tem seguidores pelo mundo inteiro – com seu papel de governante, Líder Supremo da Revolução Islâmica, cuja jurisdição restringe-se ao Irã (SHAHROUDI, 2011).

Um exemplo dessa distinção entre as atribuições de Khamenei pode ser percebido no caso do Hezbollah<sup>13</sup>, do Líbano, em que a grande maioria

<sup>12</sup> Artigo 5º, “Durante o tempo em que o 12º Imam (que Deus acelere sua reaparição) estiver oculto, **a direção dos negócios e a chefia do povo da República Islâmica do Irã ser da responsabilidade de um jurisprudente** justo e piedoso, conhecedor de sua época, corajoso, eficaz e hábil a quem a maioria do povo conhece e aceita ser seu Líder. Caso o jurisprudente não tenha tal maioria, um Conselho Dirigente, ou Conselho de Direção consistindo de jurisprudentes que reúnam as qualificações acima, assumirá a mesma responsabilidade.” (apud AL-KHAZRAJI, 2005, p. 69, grifos nossos).

<sup>13</sup> Nesse exemplo exposto pelo aiatolá Shahroudi existe um elemento polêmico, pois há um posicionamento político iraniano, do próprio aiatolá Khamenei, contra a existência do Estado de Israel e, por sua vez, é acatado pelo Hezbollah. Nesse caso, qualquer proposta de alinhamento político libanês ou aproximação do governo israelense será repudiada pelo Hezbollah. Mas não, necessariamente, por razões políticas, e, sim, por aspectos religiosos. A proximidade entre Hezbollah e Irã aponta para questões que transcendem o simples alinhamento religioso, muitas questões políticas ditadas pelo Irã refletem no Líbano.

dos membros desse grupo segue o aiatolá Khamenei como jurisconsulto, no entanto, não quer dizer que se o aiatolá Khamenei der uma ordem política eles terão de acatar. Evidentemente que não, pois estão dentro do Líbano e devem seguir as leis do governo instituído no país. (SHAHROUDI, 2011).

Hadavi<sup>14</sup>, complementarmente, apresenta outro exemplo para justificar a diferença na atuação do Líder Supremo,

Quando uma pessoa aceita viver em um país que não é muçulmano, ela tem de seguir aquelas leis. Se, por exemplo, uma pessoa é estrangeira e recebe um visto ou assume a nacionalidade do país, subentende-se que ela irá se submeter àquelas leis. Desse modo, não será possível seguir todas as leis do Líder Supremo, pois essa pessoa estará sob o regime de outro sistema de leis. Contudo, não quer dizer que o muçulmano tenha de aceitar em sua plenitude essas leis, por exemplo, se ele for proibido de fazer suas orações seria um caso em que as leis islâmicas devem prevalecer [exceto se representar um risco e ele for obrigado a lançar mão da *taqiyyah*<sup>15</sup>, um procedimento doutrinário aceitável pelos xiitas]. (HADAVI, 2011).

Yazdi<sup>16</sup>, assumindo um entendimento distinto dos demais aiatolás, expõe que

[...] os ulemás atenderam à demanda da população, dentro do possível, em toda a história do xiismo. Assim, *Khamenei é o líder de todos os xiitas no mundo*, porque os Imãs são para todos os xiitas e, como Líder Supremo ele os representa. Não haveria razão para termos mais de um, seria ilógico. (YAZDI, 2011, grifos nossos).

---

<sup>14</sup> Aiatolá Hadavi é um clérigo considerado moderado, suas interpretações sobre a *Sharia* encaixam-se entre a percepção dos clérigos linha-dura do Irã – ora no poder – e os reformadores iranianos que almejam maior liberdade político-social e interpretações menos radicais do Islã. Hadavi é um aiatolá que tem grande acesso ao cenário internacional e constantemente participa de eventos de grande envergadura tanto no Oriente Médio quanto na Europa. Foi o único aiatolá que falava inglês, por isso, não houve a necessidade de tradutor. Em alguns aspectos o ponto de vista de Hadavi aproxima-se da perspectiva do ex-presidente iraniano Mohammad Khatami sobre a abertura do Irã para o Ocidente, contudo, como pode ser constatado no transcrito da entrevista, Hadavi ratifica a importância da manutenção do *wilayat al-faqih* para a manutenção dos “ganhos obtidos com a Revolução”, enquanto Khatami é mais crítico nesse aspecto.

<sup>15</sup> Procedimento aceitável pela doutrina xiita que permite que seus fiéis possam esconder-se de seus algozes, inclusive não agindo de acordo com os pressupostos religiosos.

<sup>16</sup> Yazdi é considerado um aiatolá conservador e, durante a entrevista esse aspecto ficou bastante evidente. Mesmo expondo pontos de vista que talvez pudessem ser mal-entendidos pelo Ocidente, não hesitou em responder as questões que foram formuladas. Inclusive, em algumas circunstâncias para demonstrar os aspectos “corretos” do Islã, questionou a razão pela qual o Brasil teria aceito a união entre pessoas de mesmo sexo. Essa questão, para ele, não encontra justificativa nas leis divinas.

Apesar de entender a figura do Líder Supremo como uma autoridade universal, Yazdi pondera acerca da dificuldade de aplicação do conceito,

Para um *marja* não há fronteiras para os seus seguidores em questões religiosas, assim, em qualquer lugar que estejam podem acatar as determinações expressas por seu líder. Contudo, no que tange aos aspectos políticos, a regra deveria ser a mesma, mas existem problemas devido ao fato de que há xiitas que vivem em outros países, e, acatar uma determinação política contrária ao Estado poderia gerar problemas para eles<sup>17</sup>. Assim, o Líder Supremo, como um sábio que é, acaba limitando sua atuação, para não colocar os xiitas em perigo. Mas, teoricamente falando, como não há fronteiras para o *wilayat al-faqih*, o atual aiatolá Khamenei é o líder de toda a nação xiita, e o próximo que o suceder deverá seguir os mesmos preceitos, pois é a vontade de Deus. (YAZDI, 2011).

Gharavian<sup>18</sup> (2011), conciliando as perspectivas anteriores, entende que há dois aspectos para serem analisados no intuito de entender a dimensão da liderança suprema exposta no *wilayat al-faqih*, quais sejam, uma que seria a prática e a outra a teórica. Com relação ao aspecto teórico, pode-se dizer que os xiitas entendem que o ideal seria que todos vivessem unificados pela religião e, sendo assim, haveria o estabelecimento do *wilayat al-faqih* e a eleição de um Líder Supremo para todos xiitas. Entretanto, na prática, não é possível atribuir a liderança do *wilayat al-faqih* a todos os xiitas do mundo. “Ocorre que, quando dizemos que a liderança do Líder Supremo engloba todas as nações [no sentido de estado nacional], estamos expressando um ideal, uma teoria.” (GHARAVIAN, 2011).

Ainda, com relação à legitimidade de governos que vierem a surgir e a implantação do *wilayat al-faqih*, Hadavi (2011) expõe que, uma vez que adotarem esse sistema, a liderança do Líder Supremo será frente à sua nação (estado nacional).

É importante deixar claro que todas essas características exigidas para que uma pessoa exerça a função de Líder estão dispostas e formalmente presentes na constituição iraniana [artigo 5º]. E, evidentemente, quan-

<sup>17</sup> Como exemplo, Yazdi expõe a dificuldade de os xiitas professarem sua fé na Arábia Saudita devido à perseguição que sofrem dos *wahabbitas*. Inclusive, são proibidos de proferirem suas súplicas durante o *haji*.

<sup>18</sup> Aiatolá Gharavian é considerado um dos maiores especialistas em *wilayat al-faqih*, sua entrevista foi concedida em sua escola, onde ministra aulas para poucos estudantes de conhecimento mais aprofundado sobre o tema. Logo após ministrar uma aula para dois de seus alunos, ele disponibilizou-se a responder as questões.

do se faz isso, subtende-se que seu limite de atuação é dentro das fronteiras do país. Muitas vezes, o que faz com que as pessoas entendam que o Líder Supremo do Irã também seja o líder de todos os xiitas é o fato de que, como disse anteriormente, a *ummah* não tem fronteiras. (HADAVI, 2011).

Para ratificar os valores defendidos pelo país e distanciar o sistema do *wilayat al-faqih* de um instrumento para implantação de um regime ditatorial, Hadavi expõe que

Constituição iraniana, apesar de ser composta de vários elementos que contemplam a doutrina xiita, ela deixa claro que o Líder Supremo é do país e não algum tipo de governante com poder fora de suas fronteiras. É uma constituição como as demais de outros Estados e que foi feita a partir dos princípios de sua nação, mas que não pretende ter caráter universal. Cada estado que, eventualmente vier a fazer sua revolução estabelecerá sua constituição, e cada um deles escolherá os procedimentos que devem ser adotados para a escolha de seu líder. (HADAVI, 2011).

Enquanto claramente se apresenta uma semi-convergência para o entendimento de que existe a atuação dupla do Líder Supremo do Irã, ou seja, suas disposições têm caráter universal quando versam sobre religião e caráter nacional quando deliberam sobre política, ainda assim cabe problematizar a universalidade das questões religiosas que poderiam interferir no “interesse nacional” de outro estado.

Gharavian (2011) não descarta essa possibilidade porque muitas questões, para os xiitas, são de cunho político e religioso concomitantemente. Como no caso do *hijab*, pois, para ele, sua obrigatoriedade envolve um entendimento religioso e político, por isso, mesmo em outros lugares do mundo os xiitas devem usá-lo. Outras questões, segundo Gharavian, são mais simples, como leis de tráfego, nesse caso, não há nenhum aspecto religioso. Desse modo, Gharavian reafirma que para evitar os conflitos, os seguidores do aiatolá Khamenei no exterior devem segui-lo apenas nas determinações religiosas, quanto aos aspectos políticos, devem seguir os seus próprios governantes.

No que tange ao caráter democrático do sistema iraniano, outro aspecto muito contestado internacionalmente, para Hadavi, num primeiro

momento há de se definir o que se entende por democracia, se o entendimento for de

[...] um governo do povo, então, pode-se dizer que em um específico aspecto, o *wilayat al-faqih* pode ser considerado democrático. E qual seria? O povo participa das eleições e é livre para tomar suas decisões. Agora, evidentemente que para se tornar o Líder Supremo é necessário que a pessoa detenha algumas características que a qualifique como alguém detentor de profundo saber islâmico, então, não pode ser qualquer um. E, nesse sentido difere do entendimento de alguns países sobre o que vem a ser democracia. (HADAVI, 2011).

Hadavi entende que o Irã tem um modelo de democracia que atende aos princípios islâmicos, haja vista cada país escolher as características que seu governante deve ter a partir de seus princípios. Assim, o Irã não difere em nada nesse procedimento. Para ratificar a clareza e transparência do processo de escolha, novamente, Hadavi (2011) enfatiza que “todos [os procedimentos] estão expostos em nossa Constituição e estão fundamentados no que os muçulmanos entendem ser o correto”.

Hadavi acrescenta que muitas vezes há interpretações radicais acerca do conceito de democracia, tal qual: “todos têm o direito de fazer o que bem entenderem, podem eleger quem quiserem... sem buscar qualquer tipo de qualificação”. Apesar de discordar, salienta que no Irã, com exceção do *faqih*, em outras instâncias do poder o povo tem liberdade para fazer sua escolha. A única limitação para quem quer se candidatar em um pleito eleitoral, conforme Garomi (2011) também apontou, é que ela concorde com os princípios da Revolução, caso contrário, para Hadavi (2011) “seria uma atitude ilógica”.

A construção do *wilayat al-faqih*, sem dúvida, proporciona aos clérigos a prerrogativa de governar o Estado. Por sua vez, quanto mais estrangeiros estudarem no Irã e tiverem contato com este sistema de governo, maior será a probabilidade de eles aceitarem sua liderança. Por isso que a difusão do xiismo iraniano pelo mundo tem a intenção de legitimar sua liderança. Seja ela pautada em princípios religiosos ou pragmatismo político.

Se, mesmo durante o período em que o Irã sofreu forte impacto econômico com os embargos impostos pelos Estados Unidos, a política

de difundir uma imagem do xiismo iraniano não deixou de receber investimentos, é de se esperar que na atual conjuntura – com a reinserção do Irã no cenário internacional –, as políticas de incentivo para estrangeiros estudarem no país sejam ampliadas.

De certo modo, a política iraniana de difusão do Islã xiita não diverge muito dos modelos de bolsas de estudos que países como Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha oferecem a outros povos no intuito de propagar os conhecimentos científico e cultural. Ocorre que, no caso do Irã, além destes elementos, há uma ênfase maior na formação religiosa, fato que, na prática, não se configura em nenhum procedimento condenável.

Por sua vez, não é possível afirmar que as pessoas formadas pelas universidades iranianas tenham assimilado completamente os ditames da religião e aceito a liderança iraniana sob a comunidade xiita mundial, no entanto, é possível constatar que os investimentos para a difusão do xiismo em todos os continentes nunca deixaram de existir e, inclusive, há clérigos em Qom e Teerã que coordenam a destinação de recursos – provenientes das arrecadação do imposto religioso – para diversas fundações no exterior.

Assim, ao seu modo, o Irã se utiliza do *soft power* para construir o xiismo à iraniana ou promover a iranização do xiismo. O resultado desse processo ainda requer maior atenção e pesquisas mais específicas, no entanto, a relevância de Qom e outros elementos suscitados no transcórrer deste artigo demonstram que o Irã assumiu a difusão do xiismo como uma política para ratificar seu protagonismo no mundo islâmico.

O próprio modelo de governo do *wilayat al-faqih*, apesar da divergência acerca de sua amplitude – conforme exposto nas entrevistas – é defendido plenamente por todos os aiatolás. Com isso, preserva-se o *status quo* dos clérigos e abre a possibilidade para que o modelo de República Islâmica possa ser implantado em sua plenitude, haja vista ter reduzido a pressão internacional contra o Irã.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMIAN, Ervand. *Khomeinism: essays on the Islamic Republic*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- AFKHAMI, Gholam Reza. *The life and times of the Shah*. Berkeley: University Of California Press, 2009.
- AL-KHAZRAJI, Sheikh Taleb Hussein. *O líder da Revolução Islâmica Al-Imam Al-Khomeini (K.S.)*. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2005.
- AXWORTHY, Michael. *Empire of the mind: a history of Iran*. New York: Basic Books, 2008.
- DEMANT, Peter. *O mundo Muçulmano*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- ESPOSITO, John L. *Islam: the straight path*. New York: Oxford University Press, 2005.
- FISK, Robert. *The great war for civilisation: the conquest of the Middle East*. New York: Vintage Books, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Teerã: A Fé contra o Xá. 1978. In: AFARY, Janet; ANDERSON, Kevin B. *Foucault e a Revolução Iraniana: as relações de gênero e as seduções do Islamismo*. São Paulo: Ed. Realizações, 2011. p. 321-328.
- FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2008.
- GAROMI, Aiatolá Mohammad Ali. *Entrevista* [11 maio 2011] e [21 maio 2011]. Qom, Irã.
- GHARAVIAN, Aiatolá Mohsen. *Entrevista* [29 maio 2011]. Qom, Irã.
- HADAVI, Aiatolá Mahdi. *Entrevista* [16 maio 2011]. Qom, Irã.
- HAIRI, Abdul-Hari. *Shi'ism and Constitutionalism in Iran*. Netherlands: Brill Academic Publishers, 1977.
- HIRO, Dilip. *Iran under the Ayatollahs*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos Povos Árabes*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- KEDDIE, Nikki R. *Religion and Rebellion in Iran— The Tobacco Protest of 1891-1892*. Oxon: Fran Cass and Co., 1966.
- KHOMEINI, Ruhullah Imam. *Islamic government: governance of the jurist*. Tehran, Iran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works, 2005

KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACKEY, Sandra. *Os Iranianos – Pérsia, Islã e a alma de uma nação*. Rio de Janeiro: Biblex, 2008.

MADANI, Jalal ad-Din. *Islamic Revolution of Iran*. Tehran: International Publishing Co., 2002.

MILANI, Abbas. *The Shah*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SHAHROUDI, Aiatolá Seyyed Mahmoud Hashemi. *Entrevista* [16 maio 2011]. Qom, Irã.

YAZDI, Aiatolá Mohammad. *Entrevista* [23 maio 2011]. Qom, Irã.

